



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO

LUCIANE FERREIRA ALVES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Estudo sobre o Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (2013-2016)

JOÃO PESSOA - PB
Novembro/2016

LUCIANE FERREIRA ALVES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Estudo sobre o Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (2013-2016)

*Monografia apresentada ao
Departamento de Tecnologia em
Gestão Pública da Universidade
Federal da Paraíba como requisito
parcial à obtenção do grau de
Tecnólogo em Gestão Pública*

Orientador: *Prof.º Dr.º Maurício Sardá de Farias*

JOÃO PESSOA - PB
Novembro/2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A474p Alves, Luciane Ferreira.

Políticas públicas para as mulheres: estudo sobre o plano municipal de políticas públicas para as mulheres (2013 – 2016)/ Luciane Ferreira Alves. – João Pessoa, 2016.

48f. : il.

Orientador: Prof. Drº. Maurício Sardá de Farias.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em

LUCIANE FERREIRA ALVES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Estudo sobre o Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (2013-2016)

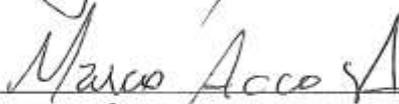
Monografia apresentada ao Departamento de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial à obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovada em: 24 de novembro de 2016.

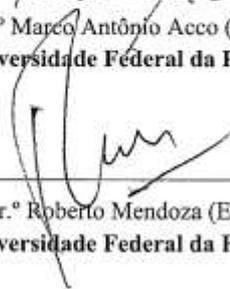
BANCA EXAMINADORA:



Prof.º Dr.º Maurício Sardá de Farias (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba



Prof.º Dr.º Marco Antônio Acco (Examinador)
Universidade Federal da Paraíba



Prof.º Dr.º Roberto Mendoza (Examinador)
Universidade Federal da Paraíba

Dedico esta monografia a realização do maior sonho do meu falecido pai. Tenho certeza de que você teria orgulho em ver meu progresso nos estudos. Teria orgulho também em saber que sempre procuro agir com honestidade, perseverança, bondade, respeito, procurando dar amor e felicidade aos que me são próximos.

AGRADECIMENTOS

Á Deus, quando algumas vezes, sentindo-me desacreditada e perdida nos meus objetivos, ideais ou minha pessoa, me fez vivenciar a delícia de me formar.

Agradeço ao meu professor orientador Maurício Sardá que teve paciência e que me ajudou bastante a concluir este trabalho, agradeço também aos meus professores que durante muito tempo me ensinaram e que me mostraram o quanto estudar é bom.

A minha família, principalmente minha tia Maria Ferreira Filha, por sua capacidade de acreditar e investir em mim.

A minha mãe, Luzimar, que da sua forma soube me incentivar.

A minha falecida avó Maria Ferreira, no qual espelhei-me em sua espiritualidade, humanismo e sabedoria.

Obrigada minhas filhas Letícia e Vanessa, e meus filhos José Henrique e João Pedro pela paciência, pelo incentivo, pela força e principalmente pelo carinho. Valeu a pena todo sofrimento, todas as renúncias... Valeu a pena esperar... Hoje estamos colhendo, juntos/as, os frutos do nosso empenho! Esta vitória é muito mais de vocês do que minha!!!

As minhas “meninas de ouro” Viviane Vasconcelos, Ana Flávia Lima, Luana Ferreira Lopes, Leonia Adriana, Nadja Sabino e Paula Naara, companheiras de trabalhos e irmãs na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza!

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

“Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito ensinou. Ensinou a amar a vida e não desistir da luta, recomeçar na derrota, renunciar a palavras e pensamentos negativos. Acreditar nos valores humanos e ser otimista.”

(Cora Coralina)

RESUMO

Na atualidade as Políticas Públicas estão cada vez mais direcionadas a diversas discursões na sociedade, abrangendo todas as classes e gêneros. No que refere-se à mulher, as políticas públicas vieram para nos resguardar e libertar de uma cultura machista brasileira, onde, pelo simples fato de sermos “mulher”, somos discriminadas em muitas situações cotidianas. No Brasil, no ano de 2013, foi lançado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015) e, no mesmo ano, no município de João Pessoa/Paraíba, também foi lançado o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres através da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres com base nas diretrizes do Plano Nacional. Esta monografia teve como objetivo analisar o conteúdo do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres no município de João Pessoa e sua implementação entre 2013 e 2016. Como procedimentos metodológicos, partimos do estudo de literatura sobre o tema, pesquisa e análise dos documentos oficiais e a realização de entrevistas com os/as gestores públicos responsáveis pela área no governo municipal. Nessa medida, o trabalho assume uma configuração descritiva e exploratória sobre o tema e tem como objeto empírico as políticas públicas para as mulheres implementadas em João Pessoa.

Palavras chaves: 1. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. 2. Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres. 3. Município de João Pessoa.

ABSTRACT

At present, Public Policies are increasingly directed to various discourses in society, covering all classes and genres. As far as women are concerned, public policies have come to protect us and liberate us from a Brazilian macho culture, where, for the simple fact that we are "women", we are discriminated against in many everyday situations. In Brazil, in 2013, the National Policy Plan for Women (2013-2015) was launched and, in the same year, in the municipality of João Pessoa / Paraíba, the Municipal Policy Plan for Women was also launched through the Extraordinary Secretariat for Public Policies for Women based on the guidelines of the National Plan. This monograph aimed to analyze the content of the Municipal Plan of Policies for Women in the municipality of João Pessoa and its implementation between 2013 and 2016. As methodological procedures, we started with a literature study on the subject, research and analysis of official documents and the Conducting interviews with the public managers responsible for the area in the municipal government. To this extent, the work assumes a descriptive and exploratory configuration on the theme and has as an empirical object the public policies for the women implemented in João Pessoa.

Keywords: 1. National Policy Plan for Women. 2. Municipal Plan of Public Policies for Women. 3. Municipality of João Pessoa.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Ações Concretizadas pela Coordenação do Trabalho e Enfrentamento à Pobreza	41
Tabela 2.	Ações Concretizadas pela Coordenação de Educação	42
Tabela 3.	Ações Concretizadas pela Coordenação da Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	43
Tabela 4.	Ações Concretizadas pela Coordenação de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher	44

LISTA DE SIGLAS

SPM\PR - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

SEPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

PNPM - Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres

DAI - Departamento de Administração Interna

SAE - Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres

SEV - Secretaria de Enfrentamento à violência contra as Mulheres

SAIAT - Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas

SEMDH - Secretaria do Estado da Mulher e da Diversidade Humana

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

SEPPM - Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres

Creis - Centro de Referência em Educação Infantil

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

Sedec - Secretaria de Educação

Emlur - Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana

Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social

Funjope - Fundação Cultural de João Pessoa

Sejer - Secretaria Municipal da Juventude Esporte e Recreação

Setrab - Secretaria do Trabalho, Produção e Renda

Secitec - Secretaria de Ciência e Tecnologia

Semhab - Secretaria Municipal de Habitação Social

Semam - Secretaria do Meio Ambiente

Secom - Secretaria de Comunicação Social

Seinfra - Secretaria Municipal de Infraestrutura

IPM - Instituto de Previdência do Município

Sedurb - Secretaria de Desenvolvimento e Controle Urbano

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SEPPM - Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres

PMPM - Plano Municipal de Políticas para as Mulheres

PEPM - Plano Estadual de Políticas para as Mulheres

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. FEMINISMO E A LUTA DAS MULHERES POR SEUS DIREITOS	16
1.1 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL	19
2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL	22
2.1. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SEPM	23
2.1.1. Secretaria Executiva	24
2.1.1.1. Departamento de Administração Interna - DAI	24
2.1.2. Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres – SAE	25
2.1.3. Secretaria de Enfrentamento à violência contra as Mulheres – SEV	25
2.1.4. Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas	25
2.2. SECRETARIA DO ESTADO DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA – SEMDH	26
2.3. SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES – SEPPM	28
2.3.1. Coordenação de Educação	29
2.3.2. Coordenação de Enfrentamento a Violência contra a Mulher	31
2.3.3. Coordenação da Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	32
2.3.4. Coordenação do Trabalho e do Enfrentamento à Pobreza	33
3. PLANOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	36
3.1. PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (2013-2015)	36
3.2. PLANO DE POLÍTICAS PARA MULHERES DO ESTADO DA PARAÍBA	38
3.3. PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - PMPM	40

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
APÊNDICE	48

INTRODUÇÃO

Uma Política Pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. As políticas públicas direcionadas às mulheres surgiram para proteger, resguardar e promover a mulher como cidadã. Diante da sociedade, a mulher vem avançando e assumindo novos papéis, buscando seus direitos, atuando em áreas antes destinadas só ao gênero masculino e preenchendo os diversos espaços da sociedade.

Atualmente, uma mulher não mais se restringe ao papel delimitado da dona de casa, da mãe zelosa e da esposa obediente. Sim, por muitos séculos a mulher tinha só essas opções para sua vida. E, principalmente, vem cada vez mais atuando na política, quer seja como cidadã, como trabalhadora exigindo seus direitos e como também a própria política atuante. No Brasil, nosso maior exemplo é a Presidenta Dilma Rouseff e com ela outras várias atuantes em vários níveis e cargos.

Mesmo diante desse avanço todo, nos deparamos com uma cultura ainda muito machista, fruto de uma sociedade que por muito tempo fez com que os homens se sentissem no direito de agirem como donos e proprietários das suas esposas. Mas todo um esforço conjunto da sociedade e do Governo vem surtindo efeito ao combate e enfrentamento a essa cultura machista.

Hoje, a perspectiva de gênero está incluída em quase todas as políticas públicas, numa clara demonstração do protagonismo das mulheres na construção de um projeto de sociedade mais justa, mais equânime e democrática. Com todo esse processo em nível nacional, a criação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres foi um marco no atual Governo Federal, a partir da atuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, e não tardou para que os estados e municípios também formassem suas Secretarias direcionadas às mulheres.

Estudar o conteúdo e as ações realizadas no âmbito do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres em implementação pela Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres, sua estruturação institucional, condições objetivas de atuação, programas, projetos e ações realizadas entre 2013 e 2016 torna-se, portanto, o fenômeno empírico que nos moveu, a partir de uma discussão sobre gênero e políticas públicas voltadas para a promoção da mulher.

Nessa medida, a questão central deste trabalho foi formulada da seguinte maneira: quais as condições institucionais e políticas a SEPPM vem encontrando no âmbito do governo municipal para a implantação efetiva do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres?

De forma específica, fizemos a revisão bibliográfica sobre as políticas públicas para as mulheres; fizemos um levantamento junto à Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres, sobre as ações, projetos e programas implementados no âmbito do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres pelo poder público municipal, ou em parceria com as organizações da sociedade civil; verificamos os mecanismos e espaços de participação da sociedade civil na elaboração, implementação e acompanhamento das ações realizadas no âmbito do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

O estudo foi realizado na Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres no município de João Pessoa. Foram levados em conta as ações, projetos e políticas que estruturam os serviços realizados pela prefeitura do município e pela sociedade civil.

O estudo avaliou as condições e políticas da Secretaria e os serviços voltados à promoção e proteção da mulher no município. Tratou-se de um estudo descritivo e exploratório, de natureza qualitativa, realizado a partir de revisão bibliográfica e documental sobre o tema e o fenômeno empírico, no caso, as políticas desenvolvidas pela SEPPM.

A partir da revisão bibliográfica, foram analisados os documentos e informações disponibilizadas pela SEPPM e as que obtivemos diretamente nas visitas à Secretaria. No que se referiu às entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro pré-estruturado com gestoras da SEPPM. As entrevistas foram gravadas, transcritas e foi realizado a análise do conteúdo. Os dados e informações foram organizados visando compreender e explicar as Políticas realizadas pela SEPPM no âmbito do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, entre 2013 e 2016.

No 1º capítulo, contextualizamos uma revisão bibliográfica sobre o Feminismo e o Movimento Feminista e suas lutas no contexto mundial e brasileiro; no 2º capítulo, abordamos as políticas públicas para as mulheres no Brasil e as criações de Secretarias de Políticas para as Mulheres nas três esferas: Nacional, Estadual e Municipal; o 3º capítulo, traz a criação dos Planos de Políticas para as Mulheres. Contextualizamos o Plano Nacional e o Estadual, e, descrevemos o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres no município de João Pessoa; e no 4º capítulo as considerações finais desta monografia.

1. FEMINISMO E A LUTA DAS MULHERES POR SEUS DIREITOS

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.”

(Rosa Luxemburgo)

A Revolução Francesa (1789) com seus princípios revolucionários de justiça social, liberdade, igualdade e fraternidade foi um marco da luta pela igualdade de gênero, pois, passaram a inspirar gradualmente nos séculos seguintes, reivindicações de diferentes segmentos sociais.

O feminismo é um movimento social e político nascido em meados do século XV, mas foi popularizado no meio do século XIX, e parte da reivindicação feminina por direitos e oportunidades iguais. O feminismo é um dos vários tabus existentes na sociedade. Para combater essa realidade controversa, atos feministas são válidos e certamente necessários, já que essas manifestações surtem mais efeito do que abaixar a cabeça em submissão, ou apenas esperar inocentemente que alguma coisa seja feita.

O machismo é uma forma de agir e pensar extremamente repugnante; um paradigma cultural absolutamente inconsequente. Sim, a voz do feminismo deve ser amplificada, mas não usada para fins de repressão e hostilidade.

[...] As relações de gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estarão restritos às mulheres. O gênero é, assim, um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social. Onde há desigualdades que atendem a padrões de gênero, ficam definidas também as posições relativas de mulheres e de homens – ainda que o gênero não o faça isoladamente, mas numa vinculação significativa com classe, raça e sexualidade [...]. (MIGUEL e BIROLI, 2014, p 8).

A mulher, antes vista como um sexo frágil, hoje mostra a sua força. Historicamente era submetida às muitas formas de degradação da sua imagem, chegando a ser tratada como um ser inferior. Embora, ainda estejamos longe de exterminar esse tipo de tratamento, pois ainda persiste em alguns países, a cultura de que a mulher tem que ser criada para gerir a

família, a dona de casa perfeita, a mãe, submissa à vontade de uma sociedade ainda com raiz machista. Com o passar do tempo e diante dos avanços globais, estamos aos poucos quebrando esses tabus.

A reflexão sobre cidadania e democracia, implica no debate sobre o Estado, uma vez que este centraliza o poder político e assume a responsabilidade pela orientação das políticas públicas. Neste caso, o formato institucional da organização do Estado adquire grande relevância para se pensar na articulação em torno de demandas geradas pela sociedade, onde se inclui o feminismo em particular e o movimento de mulheres em geral. Tem-se nisto, portanto, um dos pontos de reflexão, debate e proposição do movimento de mulheres. (CADERNO ESPAÇO FEMININO, v.20, n.02, Ago/Dez 2008).

Segundo FRASER (1997): “A luta pelo reconhecimento tornou-se rapidamente a forma paradigmática de conflito político no fim do Século XX. Demandas por “reconhecimento das diferenças” a alimentam a luta de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, raça, gênero e sexualidade.”

Partimos da seguinte definição sobre o que é gênero:

Gênero, na cultura androcêntrica e na sociedade patriarcal, é uma estrutura de dominação simbólica, materializada na organização social e nos corpos, resultante de um processo de construção sociocultural com base nas diferenças sexuais percebidas. Implica relação (masculino X feminino), dicotomia, assimetria, desigualdade, polarização e hierarquia. Determina identidades, qualidades e valores desigualmente atribuídos a homens e mulheres, a práticas sociais e a objetos culturais (por exemplo, as cores rosa e azul). (CARVALHO, pág.18).

De acordo com FRASER (1997): “gênero, por exemplo, tem dimensões político-econômicas porque é um princípio estruturador básico da economia política [...]”. O resultado é uma estrutura político-econômica que gera modos de exploração, marginalização e privação específico de gênero.

Continuando com o pensamento de FRASER (1997): “Porém, isso é apenas metade da história. De fato, gênero não é apenas uma diferenciação político-econômica, mas uma diferença cultural-valorativa também[...]. [...]Certamente, uma característica principal de injustiça de gênero é o androcentrismo: a construção autoritária de normas que privilegiam características associadas com a masculinidade”:

Ao lado disso está o sexismo cultural: que consiste na desvalorização e na depreciação aguda de coisas vistas como femininas, onde, essa depreciação é expressada em um rol de punições sofridas pelas mulheres, incluindo agressão sexual, exploração sexual e a tão pertinente violência doméstica, que no meu ponto de vista, é o mal do século promovido contra as mulheres; trivialização, coisificação e humilhação estereotípica nas representações da mídia; molestamento e depreciação em todas as esferas de vida quotidiana; sujeição a normas androcêntricas nas quais as mulheres aparecem como menos importantes ou desviantes e que contribui para prejudica-las, até mesmo na ausência de qualquer intenção de discriminação em esferas públicas e corpos deliberativos; negação de plenos direitos iguais e proteções iguais. (FRASER, 1997, p.261).

Sendo assim, de acordo com a exposição de FRASER (1997): “esses males são injustiças de reconhecimento. Eles são relativamente independentes da economia política e não são mera “superestrutura”.

Portanto não podem ser remediados exclusivamente pela distribuição político-econômica, mas requerem remédios independentes adicionais de reconhecimento.

Gênero, em suma, é um modo ambivalente de coletividade. Contém uma face político-econômica que o traz para o âmbito da redistribuição, e também, contém uma face cultural valorativa que o traz simultaneamente para o âmbito do reconhecimento. Mas esse mesmo caráter ambivalente de gênero é fonte de um dilema. Como as mulheres sofrem pelo menos dois tipos de injustiça analiticamente distintos, elas necessariamente requerem pelo menos dois tipos analiticamente distintos de remédio: Redistribuição e reconhecimento. No entanto, os dois remédios apontam para direções opostas e não são facilmente perseguidos simultaneamente. Onde a lógica da redistribuição é eliminar as diferenças de gênero, e a lógica do reconhecimento é valorizar a especificidade do gênero. (FRASER, 1997, p 262).

Na visão de MIGUEL e BIROLI (2014): “Nas correntes mais próximas do Socialismo e do Marxismo, o Feminismo tematizou ao mesmo tempo, as relações de gênero e as estruturas de classes das sociedades contemporâneas.” Ou seja:

Em muitas das frentes das lutas feministas, a exigência foi a cidadania igual para mulheres e homens. Mas, o deciframento do sentido dessa igualdade implicava ir além da isonomia legal e inquirir as condições reais de existência delas e deles, questionando premissas básicas das hierarquias sociais e do funcionamento das instituições. (MIGUEL e BIROLI, p 9).

Continuando com MIGUEL e BIROLI (2014): “A luta feminista foi, e segundo acreditamos, deve ser também por transformações que levem a sociedades mais justas do ponto de vista de suas estruturas econômicas, sem perder de vista as especificidades de gênero”.

1.1. OS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL

No Brasil, o feminismo organizado como movimento, nasce no século XX com a luta pelo voto. No entanto, muito antes da década de 20, as mulheres brasileiras já estavam engajadas nas mais diferentes frentes de luta contra a escravidão e por melhores condições de vida para mulheres e homens.

O atual feminismo brasileiro nasce, nos anos 70, no panorama internacional que instituiu o Ano Internacional da Mulher (1975), favorável, portanto, à discussão da condição feminina e, ao mesmo tempo, no amargo contexto das ditaduras latino-americanas, que calavam, implacáveis, as vozes discordantes. O retorno a esta origem, naquele momento e naquele contexto político, nos remete à radicalidade posta na questão da mulher como uma questão fundamentalmente “conflituosa”, tanto nas relações entre o homem e a mulher, quanto em todas as relações de poder socialmente instituídas, articulando gênero e classe, como foi tantas vezes sublinhado sobre o caráter deste movimento, no Brasil. (SARTI 2001, p 32)

Ainda que uma concentração de fatores tenha contribuído para o rebentamento do feminismo brasileiro nos anos 70, tais como o impacto do feminismo internacional e mudanças efetivas na situação da mulher no país a partir dos anos 60, que colocavam em questão a tradicional hierarquia de gênero, o feminismo militante no Brasil surge como decorrência da resistência das mulheres à ditadura.

De acordo com MIGUEL e BIROLI (2014): “no Brasil, país marcado por desigualdades profundas, onde é patente a concentração no acesso a recursos e à efetiva influência política, a posição das mulheres se modificou ao longo das últimas décadas.”

Essa modificação da posição das mulheres se vê claramente, por exemplo, no mercado de trabalho, onde cada vez mais as mulheres assumem cargos/funções antes dominadas tão somente pelos homens; e na educação, como afirma:

[...] Se as mulheres pobres estiveram desde sempre integradas ao mundo do trabalho, ainda que quase sempre em condições precárias, há um número cada vez maior de mulheres em atividades profissionais nos patamares mais altos de remuneração e reconhecimento social. E, na metade do século XX, inverteu-se a tendência que fazia com que elas tivessem menos escolaridade do que os homens. (MIGUEL e BIROLI, p 9).

Continuando com a visão de MIGUEL e BIROLI (2014): “A desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades, se não em todas.”

[...] Como corrente intelectual, o feminismo, em suas várias vertentes, combina a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina. Pertence, por tanto, à mesma linhagem do pensamento socialista, em que o ímpeto para mudar o mundo está sempre colado à necessidade de interpretá-lo. [...]. (MIGUEL e BIROLI, p 17).

De acordo com SCHUMAHER e VARGAS (1994): “No caso brasileiro, no processo de transição democrática, com a eleição de governos progressistas em 1982, uma vertente do movimento feminista passou a identificar o Estado como um importante instrumento para seus ideais de mudança social.”

Os movimentos feministas perceberam que no Estado poderiam alcançar seus ideais para a mudança social em relação a disseminação de gênero e passaram a atuar nos quadros do governo. Deste modo:

Nessa mesma década de 1980, fruto da atuação do movimento de mulheres, e das feministas em particular, foram criadas as delegacias especiais de atendimento à mulher e os conselhos da condição feminina. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher ilustra hoje o resultado desse processo. Na década de 1990 foram criadas as coordenadorias e assessorias especiais da mulher. Desde então existem inúmeros órgãos de políticas para mulheres no interior dos poderes executivos municipais, estaduais e federal, a exemplo da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, vinculada à Presidência da República. Tomados globalmente, estes órgãos representam formas de novas institucionalidades no Estado e expressam o interesse de incluir as mulheres na elaboração das políticas públicas, englobando a questão de gênero. (MARIANO 2008, p 343).

Na avaliação de PINTO (1994): “a penetração dos movimentos sociais no Estado resultaria, sem dúvida, em perda de um grau de autonomia e em uma real ameaça de perda de identidade.”

No entanto, de acordo com a autora, este é um risco indispensável de correr como alternativa para o também imprescindível alargamento dos campos de ação, tencionando assim intensificar os resultados da atuação dos movimentos. De acordo com a autora:

Os anseios por mais espaços democráticos gestam-se no interior da sociedade civil através dos movimentos sociais, mas não se esgotam aí. Para que suas reivindicações e propostas transcendam a discussão interna e tenham efeitos concretos na vida da sociedade, devem passar em algum momento pelo campo político como propostas partidárias, políticas públicas, ajustes institucionais, etc. (PINTO 1994, p 207).

Sabe-se que realmente, o Estado é um ator imprescindível para o desenvolvimento de ações, tais como, as políticas públicas de gênero, visando o empoderamento feminino.

De acordo com MARIANO (2008): “As mudanças provocadas pelo feminismo em relação ao Estado, quando se demanda a criação de órgãos estatais com novos formatos, de forma a melhor favorecer a interação entre Estado e sociedade civil e o redirecionamento das políticas públicas que atingem o cotidiano das mulheres e as relações sociais entre homens e mulheres, reserva, portanto, importante contribuição para a democratização do Estado.”

Por um lado, se a presença dos movimentos sociais em geral, incluindo-se o movimento de mulheres, e das feministas em particular, na arena pública institucionalizada, tem implicado em mudanças no formato da organização institucional estatal, por outro lado, o próprio movimento de mulheres também passou por processos de mudanças decorrentes dessa participação e/ou presença no Estado, em especial no que diz respeito à autonomia. Portanto, houve mudanças, como é comum de se esperar, nos dois lados da relação – Estado e movimento de mulheres. (MARIANO 2008, p 345).

Podemos ver que os Movimentos Feministas tiveram e tem um papel fundamental junto com o Estado para a criação de políticas públicas para as mulheres e seus veículos atuantes para junto com a sociedade promover a disseminação de gênero no Brasil e no mundo de acordo com o contexto histórico que abordamos neste capítulo.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL

“Pela autonomia, pelo empoderamento, pela liberdade e pela proteção das mulheres.”

(Júnior Caroé)

Na maior parte da história, a desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades.

[...] Por isso, na teoria política produzida nas últimas décadas, a contribuição do feminismo se mostrou crucial. O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas – ou “patriarcado”, como preferem algumas – abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia [...]. (MIGUEL e BIROLI, p 17).

No contexto histórico a presença de mulheres atuando diretamente na política, temos o exemplo da Primeira Ministra Britânica Margareth Thatcher, conhecida mundialmente como a Dama de Ferro, que foi uma das primeiras mulheres a se inserir no ambiente político atuando no parlamento inglês e foi uma das precursoras do Neoliberalismo. No Brasil, o maior marco das mulheres no contexto político, foi a eleição da nossa primeira Presidenta da República, Dilma Rousseff, eleita em 2010, e reeleita em 2014, e deposta por *impeachment* (GOLPE) em 31 de agosto de 2016.

As mulheres são mais de 52% da população brasileira, onde, no contexto atual, são sujeitos e protagonistas de suas próprias vidas, como na construção de um Brasil sem miséria e sem pobreza, seja num âmbito social, econômico, político, cultural, como no banimento de todos os preconceitos de gêneros, racial, étnico, homofóbicos, geracionais, de classe e contra as pessoas com deficiência. Com isso, o direcionamento de uma ou várias políticas públicas direcionadas à mulher, se deu, no âmbito de todo um avanço cultural e político da nossa sociedade. A mulher tem seus direitos assegurados hoje em dia por Lei.

Mesmo diante desse avanço todo, nos deparamos com uma cultura ainda muito machista, fruto de uma sociedade que por muito tempo fez com que os homens se sentissem no direito de agirem como proprietários das suas esposas. Mas todo um esforço conjunto da sociedade e do Governo vem surtindo efeito ao combate e enfrentamento a essa cultura machista.

2.1. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SEPM

Desde a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM\PR, em março de 2003, no então Governo Lula, as políticas para as mulheres têm avançado sempre na perspectiva do diálogo e da construção coletiva com os movimentos de mulheres, feministas e demais movimentos sociais, revertendo lógicas desiguais presentes há séculos em nossa sociedade. A SPM\PR, completou em 2013 uma década de existência, com contribuições efetivas para a consolidação das políticas públicas de gênero, destacando a efetiva transversalidade de gênero nas políticas interministeriais. Recentemente no site da SPM consta a seguinte nota sobre a atual situação da mesma:

Vinculação ao Ministério da Justiça e Cidadania

A Medida Provisória nº 726, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de maio de 2016, estabeleceu a nova estrutura organizacional da Presidência da República e dos Ministérios que compõem o governo federal. O documento oficializou a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, que foi criado em 13 de outubro de 2015, pela MP 696, com a junção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e Secretaria Nacional de Juventude (SNJ).

Com a nova reforma administrativa, que extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, a SEPM permanece na condição de Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, passando a ser vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania. Na sua chefia encontra-se à Secretaria Especial Eleonora Menicucci.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) tem como principal objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente. Desde a sua criação em 2003, pelo então Presidente Lula, a SEPM vem lutando para a construção de um Brasil mais justo, igualitário e democrático, por meio da valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

A SEPM se subdivide em mais quatro secretarias, onde cada uma tem uma função descritas a seguir:

2.1.1. Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva é diretamente responsável pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres – PNPM, pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, pela Coordenação do Prodocs (Projetos de cooperação internacional firmados com organismo do Sistema Onu e outros) e pela Diretoria de Administração Interna.

Por meio da Diretoria de Administração Interna, a secretaria Executiva supervisiona e coordena atividades de planejamento, orçamento, administração financeira, contabilidade, organização e inovação institucional, administração de recursos de tecnologia da informação, pessoal civil (inclusive atividades disciplinares, sindicâncias, processos administrativos), serviços gerais, documentação e arquivo.

2.1.1.1. Departamento de Administração Interna - DAI

Ao DAI compete:

- I - executar e controlar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de organização e inovação institucional, de administração de recursos de tecnologia da informação, de pessoal civil, de serviços gerais, de documentação e arquivo, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em articulação com a Secretaria-Geral da Presidência da República;
- II - planejar, supervisionar e executar as atividades de licitações e contratos;
- III - realizar prestação de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em danos ao erário;
- IV - coordenar e monitorar a formalização e a prestação de contas de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos similares celebrados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, fiscalizando em conjunto com as demais unidades a correta aplicação dos recursos;
- VII - assistir à Secretária Executiva no desempenho de suas funções;
- VIII – promover a articulação interna do Departamento, a coordenação dos trabalhos e das ações desenvolvidas pela Coordenação-Geral e Coordenações;

IX - gerenciar a publicação de atos oficiais e a divulgação das matérias de interesse da Secretaria Executiva;

X - propor políticas, normas e diretrizes à Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República - DITEC; e

XI - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Secretária Executiva.

2.1.2. Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres – SAE

A SAE tem por objetivo promover a autonomia econômica das mulheres, por meio do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inserção e a permanência das mulheres no mundo do trabalho, a ampliação dos seus direitos sociais e por mais igualdade entre mulheres e homens, sejam elas das cidades, do campo ou da floresta. Cabe ressaltar que autonomia econômica das mulheres é a condição que elas têm de prover o seu próprio sustento, decidindo por elas mesmas a melhor forma de fazê-lo. Isso envolve também as pessoas que delas dependem. Assim, é mais do que autonomia financeira, uma vez que inclui uma perspectiva de vida de longo prazo, acesso a previdência social e a serviços públicos.

2.1.3. Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – SEV

A SEV tem como missão básica promover a prevenção e o combate à violência contra as mulheres, o atendimento à mulher em situação de violência e a garantia dos seus direitos. Para tanto, ela atua diretamente ou em cooperação com organismos governamentais, nos três níveis de Governo, o Sistema de Justiça e organizações não governamentais, em consonância com as diretrizes do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O instrumento legal e central na busca pela erradicação, prevenção e punição da violência contra a mulher é a Lei Maria da Penha.

2.1.4. Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas

A SAIAT trabalha pela autonomia crescente das mulheres, assim como pelo exercício e a ampliação dos seus direitos, mediante a inclusão da perspectiva de gênero em políticas públicas voltadas para relações de poder, participação política, educação, cultura, saúde e

diversidade. Sua atuação é diversificada e busca atender às demandas que possam alterar estrategicamente a vida das mulheres, particularmente quanto à sua condição de subordinação.

Os programas e as ações da SAIAT contemplam a diversidade das pessoas e das famílias em toda a sua riqueza, abandonando ideias reducionistas e preconceituosas sobre gênero e estrutura familiar, tais como, por exemplo, a da família ideal. Priorizam, ademais, mudanças de atitude frente aos processos sociais que contribuam para alterar as relações desiguais de poder e de subordinação ainda impostas às mulheres. Isso significa trabalhar tanto a dimensão subjetiva quanto a objetiva dos/das formuladores/as de políticas públicas. Para o desenvolvimento e a implementação dos seus programas e ações, a SAIAT mantém estreito contato e cooperação com os Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres – OPMs e outros órgãos governamentais da esfera dos Executivos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, bem como com os movimentos sociais e diversas organizações não governamentais – ONGs nas suas áreas de atuação.

2.2. SECRETARIA DO ESTADO DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA – SEMDH

De acordo com o site da SEMDH, na Paraíba, o movimento feminista e de mulheres reivindicou a criação de um mecanismo de governo no âmbito estadual. Em 2008, o movimento feminista e a Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres do município de João Pessoa provocaram o Governo Estadual a assinar a adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher junto ao Governo Federal e com este acessar recursos de fomento a política para mulheres, especialmente na área de violência contra mulher. Como a adesão não aconteceu, a estratégia foi elaborar um Plano Estadual de Enfrentamento a Violência contra a Mulher do Estado da Paraíba, para o qual, o gestor público designou uma representante para acompanhar. Nesse contexto, foi instalado o debate para criação da Secretaria da Mulher e a reestruturação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM).

Em meados de 2009, foi criado o Programa Estadual de Políticas Públicas para Mulheres da Paraíba, vinculado a Casa Civil do Governador, por meio do decreto 30.391. Em março de 2010, foi criada a Secretaria Especial de Estado de Políticas Públicas para Mulheres da Paraíba,

através da medida provisória n. 149, transformada em lei pelo Poder Executivo em abril do mesmo ano, através do Decreto n. 9.077/2010. O mecanismo não tinha status de secretaria de estado. Nesse mesmo ano, foi assinada a adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. As políticas voltadas para a promoção da igualdade racial, para população negra e comunidades tradicionais e para LGBT foram alocadas na Secretaria de Desenvolvimento Humano no ano de 2009. A atual gestora é a Secretária Gilberta Soares.

Na atual gestão, o Governo Estadual criou a Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana, com o objetivo de orientar, apoiar, coordenar, acompanhar e executar políticas públicas para mulheres, população negra, comunidades tradicionais e população LGBT. A Secretaria conta com a Gerência de Equidade de Gênero, Gerência de Direitos Sexuais e LGBT e a Gerência de Equidade Racial. Aporta o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM) e o Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial (CEPIR).

A SEDMH tem como atribuições:

- Promover a política de saúde da mulher e as ações de saúde voltadas para população negra e comunidades tradicionais e comunidade LGBT, ampliando o acesso dessas populações a atenção;
- Consolidar na política educacional uma educação inclusiva, não sexista, não racista, não lesbofóbica, homofóbica e transfóbica;
- Promover a política pública de enfrentamento à violência contra a mulher, aos crimes homofóbicos e ao racismo;
- Atuar para o fortalecimento da Rede Estadual de Atenção às Mulheres e Adolescentes e jovens vítimas de violência, incluindo os poderes executivo, judiciário e sociedade civil;
- Desenvolver ações de fortalecimento da autonomia econômica das mulheres, população negra, comunidades tradicionais e população LGBT na área do trabalho, geração de renda, moradia e acesso a equipamentos sociais, melhorando a qualidade de vida dessas populações;
- Desenvolver atividades de formação com mulheres, população LGBT, população negra e comunidades tradicionais;
- Fortalecer os organismos de políticas para mulheres dos municípios;
- Fortalecer o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e o Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial;

- Elaborar um banco de dados com informações sobre mulheres e desigualdade de gênero, população negra, comunidades tradicionais e população LGBT, identificando sub notificações relativas aos segmentos expostos a exclusão social;
- Garantir a alocação e execução de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais para a implementação de políticas públicas para mulheres, população LGBT, comunidades tradicionais e população negra;
- Elaborar e implementar o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Plano Estadual de Políticas para Mulheres e Plano Estadual de Políticas LGBT.

É da competência da SEMDH:

- Orientar, apoiar, coordenar, acompanhar e executar programas e atividades voltadas à implementação de políticas, diretrizes e ações governamentais para mulheres, população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), população negra, comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos/as e comunidades de terreiro) e de promoção da igualdade racial e de gênero e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, LGBT e de mulheres afetadas por discriminação de gênero, racial, de orientação sexual e demais formas de intolerância.
- Implementar e acompanhar ações afirmativas de forma intersetorial como instrumento necessário ao pleno exercício de todos os direitos e liberdades fundamentais.
- Estabelecer diálogo com os segmentos de mulheres, população negra, comunidades tradicionais e população LGBT através dos movimentos sociais organizados.
- Estabelecer convênios com o Governo Federal para efetivar políticas públicas de promoção da equidade de gênero, da igualdade racial e para a cidadania LGBT.
- Garantir o cumprimento dos tratados, acordos, convenções internacionais firmados e ratificados pelo Estado brasileiro relativos aos direitos humanos das mulheres, população negra, comunidades tradicionais e da população LGBT.
- Atuar para consolidar o princípio da laicidade do Estado na cultura política das instituições governamentais e nas práticas de gestores, profissionais, servidores públicos e na sociedade em geral.

2.3. SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES – SEPPM

A Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres tem como papel fundamental contribuir para a promoção da equidade de gênero, através da implementação de políticas públicas que efetivem os direitos humanos das mulheres e elevem sua cidadania, superando as situações de desigualdades vivenciadas pela mulher na sociedade. No site da Secretaria, encontramos as seguintes informações preliminares sobre as ações realizadas a partir da sua constituição, reproduzidas a seguir:

A SEPPM é um organismo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, criada pela Lei 11.902, de 29 de março de 2010, alterando a Lei 10.429, de 14 de fevereiro de 2005, que criou a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres.

Desde sua origem, a Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres constituiu-se num espaço estratégico de incentivo aos demais órgãos municipais no compromisso de avançar na cidadania e contribuir para a mudança de mentalidades, visando ainda reforçar a relação entre o poder público, ou seja, o governo municipal, e as representações populares (movimentos de mulheres e feministas) para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

As ações da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres são desenvolvidas através de quatro áreas consideradas de vulnerabilidade para a qualidade de vida e autonomia das mulheres, de acordo com essas ações foram criadas quatro coordenações que trabalham interligadas, são elas: a de Educação, a de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, a de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e a de Trabalho e Enfrentamento à Pobreza; onde nas mesmas estivemos realizando as entrevistas com suas atuais gestoras. Atualmente, a SEPPM tem a frente como Secretária, Adriana Urquiza, e como Secretária Adjunta, Vera Maria Nóbrega de Lucena.

A seguir, individualmente, e de acordo com as informações obtidas, vamos descrever cada uma das coordenações e suas atribuições:

2.3.1. Coordenação de Educação

Tem como objetivo contribuir para a mudança de comportamento da sociedade, bem como para o enfrentamento estrutural da desigualdade e discriminação entre mulheres e homens, combatendo o estereótipo de gênero, raça, etnia, orientação sexual, construindo uma

nova forma de convivência baseada na equidade de gênero, na cidadania ativa, democrática e solidária. Sua atual gestora é Rosa Maria Fernandes Rolim, que está a um ano na SEPPM como assessora da Coordenação, dentro do Movimento Feminista, a mesma atuou como bolsista num projeto da Cunhã Coletivo Feminista sobre o abortamento em hospitais públicos por dois anos e meio.

A Coordenação conta com a participação de alguns atores da sociedade civil, por exemplo: os Movimentos das Mulheres de Terreiro, Profissionais do Sexo, Empregadas Domésticas; da Universidade Federal da Paraíba; do Quilombo Paratibe; das Escolas Municipais, e de alguns parceiros dentro do Governo Municipal, tais como: a Sedec, Coordenadoria LGBT e Igualdade Racial, Emlur, Sedes, Sejer, Funjope.

A seguir, destacamos algumas ações desenvolvidas pela Coordenação:

- Sensibilização e formação do corpo docente, discente e demais profissionais da educação municipal, para o exercício da Educação Inclusiva, em parceria com a Sedec;
- Rodas de Diálogo sobre as Mulheres no Mundo do Trabalho – Realização de debates sobre profissões historicamente masculinas, desconstruindo preconceitos junto à população estudantil da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do Pró-Jovem, em parceria com a Sedec e Estação Cabo Branco, Ciência, Cultura e Artes;
- Sensibilização e informação dos agentes culturais do município, sobre o cumprimento da Lei Municipal 1.799 de 07 de Janeiro de 2013. A lei proíbe o poder público municipal de contratar artistas que, em suas músicas, danças ou coreografias, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres à situação de constrangimento. A atividade é realizada em parceria com a Funjope;
- Representação da SEPPM no Conselho Municipal de Cultura, contribuindo para a construção de uma política cultural inclusiva e não sexista;
- Ações de Educação Inclusiva com grupos de mulheres de comunidades de baixa renda, em uma ação intersetorial com as Coordenações de Trabalho e Enfrentamento à Pobreza; Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos; e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, com o objetivo de contribuir com a formação e o empoderamento das mulheres.

De acordo com a Coordenadora, os maiores avanços na sua gestão foram a contribuição na formação de educadores e professores sobre a temática de gênero na educação

escolar; fortalecimento das Organizações de mulheres; formação sobre equidade de gênero com Creis, Crais, postos de saúde, Mulheres de Terreiro, entre outras ações. A maior dificuldade da Secretaria/Coordenação é a falta de recursos financeiros.

2.3.2. Coordenação de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Tem como objetivo elaborar e desenvolver ações para prevenir e combater as situações de violência de gênero no âmbito do município. Sua atual gestora é Kaliandra de Oliveira Andrade, que está à frente da Coordenação a quatro meses, mas como a Coordenação conta com o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB), serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência, então na atuação conjunta, a mesma está desde 2001.

Sua história com o Movimento Feminista começa quando estava na sua primeira graduação em Engenharia Florestal nos anos 90, pois sempre houve essa discriminação nas engenharias contra as mulheres, pois era vista como uma área de atuação predominante masculina, na universidade que cursava em Patos - PB, pois sempre houve violência contra as estudantes, como tentativas de estupros, trotes sexistas direcionados as alunas no Campus, e, nessa mesma época foi criada a Delegacia da Mulher na cidade, onde a mesma, procurou a delegada e juntas promoveram algumas atividades no Campus para prevenir ou coibir essa violência sofrida pelas estudantes, e ainda atuou como Diretora da Residência Feminina e Secretária da mulher no DCE. Em 2013, veio para João Pessoa e começou a cursar Serviço Social, e foi aí que se aproximou mais da temática da violência contra as mulheres, quando terminou a graduação surgiu uma vaga de Assistente Social no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, onde trabalhou por dois anos e meio, depois saiu para atuar como engenheira e mais tarde retornou novamente a trabalhar no mesmo Centro, entrou no mestrado em Ciências Sociais Aplicadas estudando Informação em Violência Contra a Mulher.

Segundo a Coordenadora, nos projetos que a coordenação trabalha, a sociedade civil é plenamente inserida. Os principais parceiros dentro do Governo que atuam juntamente com a secretaria são: Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, Sedes, Sedec, Secretaria da Saúde, Secretaria de Segurança, Secretaria da Justiça, Semam, Setrab, Semhab, Sedec, Coordenadoria LGBT e Igualdade Racial, Guarda Municipal, Secom.

A Coordenação é responsável pelas seguintes ações:

- Cirurgias reparadoras para as mulheres vítimas de violência física – possibilita o acesso às cirurgias plásticas nos hospitais municipais para a correção das sequelas deixadas pelas agressões.
- Programa de Capacitação para a Rede de atenção às Mulheres Vítimas de Violência – promover a integração e articulação dos serviços e instituições de atendimento às mulheres em situação de violência, por meio de formação e fortalecimento da rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência.
- Capacitação das servidoras e dos servidores do Município sobre violência de gênero, com o objetivo de sensibilizar e informar a rede de atendimento.
- Campanhas educativas nas principais festividades do calendário efetivo do município.
- Programas de rádio para as rádios internas direcionados para os/as servidores/as municipais que circulam nos espaços da Prefeitura, tendo como foco a intervenção e sensibilização para prevenção da violência contra a mulher.

De acordo com a Coordenadora, os principais avanços são alguns projetos desenvolvidos na Coordenação, destacando a Ronda Maria da Penha, que está em fase de formação, mais precisamente no terceiro módulo, onde irá capacitar guardas municipais e algumas pessoas da rede de atendimento à mulher em situação de violência para fazer um monitoramento de mulheres com medidas protetórias de urgência, pois às vezes o agressor descumpra essas medidas e fica rondando sua companheira com o intuito de se aproximar, e como, sabemos, muitos tem esse intuito de aproximação para até tentar assassinar a mulher. Então a Ronda Maria da Penha vai atuar no monitoramento dessas mulheres, para que as mesmas não voltem a sofrer ameaças ou nenhum tipo de violência vindo do seu agressor. O monitoramento das cirurgias reparadoras para as mulheres que sofreram agressões físicas como, mutilação do rosto ou dos seios.

Já a principal dificuldade na Secretaria, de acordo com a Coordenadora é a questão financeira, principalmente para investir em material de divulgação sobre o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, pois percebe-se que muitas acham que o Centro é um local só de denúncias e na verdade, o Centro é um local de acolhimento da mulher vítima de violência.

2.3.3. Coordenação da Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Tem como objetivo principal contribuir e influir na elaboração e execução das ações da Política de Saúde da Mulher no Município de João Pessoa, garantindo os recortes de: gênero, raça/etnia, geracional e diversidade sexual, respeitando o princípio da laicidade. Suas ações são desenvolvidas através da educação permanente, articulação política junto a setores governamentais e da sociedade civil e no planejamento e monitoramento da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Sua atual gestora é Elinabete Alves.

Os maiores parceiros do Governo que atuam junto com a Coordenação são: SMS, Crais, Semam, entre outros. As ações são planejadas nos seguintes eixos a fim de fortalecer as linhas de cuidados:

- Saúde da Mulher – planejamento reprodutivo; atenção humanizada ao parto e ao abortamento; redução da mortalidade materna; assistência ao pré-natal de qualidade; atenção à saúde de meninas e adolescentes; atenção à saúde das mulheres negras, LGBTs e prostitutas; enfrentamento à feminização do HIV/AIDS e outras DSTs; enfrentamento à violência doméstica e sexual; atenção à saúde mental das mulheres; atenção a mulheres no período do climatério e menopausa; saúde da mulher trabalhadora; e enfrentamento ao câncer de mama e colo uterino.

De acordo com a Gestora, as maiores dificuldades nesta Coordenação, são a falta de recursos financeiros para implementar as demandas, também há uma discrepância entre as diretrizes do PMPM na área de saúde nas funções que a Coordenação tem que executar, pois a Secretaria não é uma secretaria de carácter “executivo”, e muitas das ações previstas no PMPM são de execuções e que essa função compete à Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

2.3.4. Coordenação do Trabalho e Enfrentamento à Pobreza

Tem como objetivo propor políticas públicas que visam o empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, social, pessoal, política e cultural, objetivando inserir e (re)inserir-las no mundo do trabalho, na perspectiva de geração de renda, autonomia financeira e elevação da autoestima. Sua atual coordenadora é Regina Bonfá, e como subcoordenadora a Wanessa Costa Santos que atuam na gestão desde 2013.

Os atores da Sociedade Civil que atuam juntamente com a Coordenação são: Mulheres Quilombolas, Empresas, Cursos de Extensão da UFPB, artesãs, agricultoras, catadoras, entre

outros. Dentre os parceiros do Governo que atuam juntamente com a Coordenação, destacam-se: Setrab, Secitec, Semhab, Semam, Sedec, Coordenadoria LGBT e Igualdade Racial, Guarda Municipal, Secom, Emlur, Sedes, Seinfra, IPM, Sedurb e Funjope.

Linhas e ações de apoio às mulheres:

- Sensibilizar, favorecer e divulgar os produtos comercializados pelas artesãs, contribuindo com a mudança de valores e mentalidade para a valorização do trabalho manual.
- Qualificação e Capacitação profissional - com cursos, seminários, intercâmbios, oficinas, palestras e rodas de diálogos, incorporando conhecimentos teóricos e operacionais relacionados à produção.
- Construção e manutenção de espaço físico permanente, apoio e fomento a espaços itinerantes destinados à comercialização de produtos artesanais.
- Linha especial de crédito para as mulheres – Linhas de crédito específicas do Banco Cidadão para artesãs e mulheres que desejam abrir seu próprio negócio ou qualificar seus produtos.
- Aquisição de equipamentos para a produção de frutas passas, hortaliças, plantas medicinais, ervas finas, produtos artesanais e capacitação de mulheres organizadas em grupos ou em trabalho individual.
- Parcerias com outras secretarias municipais e com outras organizações sociais.

De acordo com a Coordenadora, os maiores avanços na sua gestão foram: a criação da linha de crédito Mulher Cidadã, capacitações, qualificações, espaços para comercialização (tanto fixo, como itinerante). E, as maiores dificuldades nesta Coordenação, como nas outras quatro citadas acima, continua sendo recursos financeiros, e também recursos humanos.

Destaco, ainda, como ação da SEPPM, a 1ª Conferência de Municipal de Políticas para as Mulheres de João Pessoa, onde tive o privilégio de participar como delegada representando a Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES. O evento foi promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e pela Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM) e tem como tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres” que se realizou nos dias 9 e 10 de setembro de 2015 no Centro Universitário de João Pessoa – Unipê.

A 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de João Pessoa teve a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, participando da solenidade de abertura do evento que foi realizada no período da manhã do dia 9. Em sua fala, a ministra abordou sobre a necessidade de aumentar a participação das mulheres na política. "Enquanto tivermos este sistema eleitoral não teremos espaço. Queremos paridade", afirmou. Eleonora Menicucci reconheceu que o caminho para alcançar esse objetivo "é longo e até chegar lá será preciso adotar sistemas de quotas", afirmou. "Além disso, os partidos têm que cumprir a lei e ter recursos equitativos para homens e mulheres", disse.

No período da tarde, a programação seguiu com as delegadas divididas em grupos de trabalho que debaterão sobre os temas propostos. Foram trabalhados quatro eixos:

- O Eixo I da Conferência tratou sobre a contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.
- O Eixo II tratou das estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.
- No Eixo III foi discutido o sistema político com participação das mulheres e igualdade: recomendações.
- Por fim, o Eixo IV dispõe sobre o Sistema Nacional de Política para as Mulheres: subsídios e recomendações.

No dia 10, as atividades continuaram com a apresentação e votação das propostas dos Grupos de Trabalho e eleição das delegadas para a participação das conferências Estadual e Nacional de Mulheres.

3. PLANOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

“O feminismo já lutou em várias guerras, e matou oponente nenhum. Suas batalhas têm sido pela educação, por melhores condições de trabalho, por mais segurança nas ruas, para cuidar das crianças, para o bem estar social, para ajudar as vítimas de estupro, refugiar mulheres e para reformar a lei”.

(Dale Spencer)

A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM\PR, completou em 2013 uma década de existência, com contribuições efetivas para a consolidação das políticas públicas de gênero, destacando a efetiva transversalidade de gênero nas políticas interministeriais. Então, a SPM\PR juntamente a participação da sociedade civil, movimento de mulheres rurais e urbanas, feministas e organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, organizaram a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM) que ocorreu em dezembro de 2011, com 200 mil participantes em todo o país e 2.125 delegadas na etapa nacional. Como resultado, temos o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM (2013-2015), com ainda maior inserção das temáticas de gênero em diversas frentes do governo.

3.1. PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (2013-2015)

O Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres reafirma os princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres, que são: a) Autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; b) Busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; c) Respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; d) Carácter laico do Estado; e) Universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; f) Participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; g) Transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas. O Plano está organizado em dez

capítulos, onde, cada capítulo tem seus objetivos gerais e específicos, metas e linhas de ação e ações (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, pág. 11). Em seguida, apresentamos um breve resumo do plano:

- O 1º capítulo trata de igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país;
- O 2º capítulo traz ações para construção de educação para igualdade e cidadania, contribuindo para promover o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, com ênfase em grupos com baixa escolaridade;
- O 3º capítulo enfoca a saúde integral das mulheres, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, visando promover a melhoria das condições de vida e de saúde das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital;
- O 4º capítulo é dedicado ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres;
- O 5º capítulo tem por objetivo fomentar e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão;
- O 6º capítulo trata de desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social, para democratizar o acesso aos bens da natureza e aos equipamentos sociais e serviços públicos;
- O 7º capítulo tem por objetivo promover o fortalecimento econômico e o direito à vida de qualidade das mulheres no meio rural, respeitando as especificidades das mulheres do campo e da floresta e comunidades tradicionais, com garantia do acesso à terra, bens, equipamentos e serviços públicos;
- O 8º capítulo agrega ações nas áreas de cultura, esporte, comunicação e mídia, para a construção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos de gênero;
- O 9º capítulo enfrenta questões relacionadas ao racismo, sexismo e lesbofobia, para combater o preconceito e a discriminação, baseadas na orientação sexual e identidade de gênero;
- E o 10º capítulo promove a igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, para a garantia do protagonismo dessas mulheres nas políticas públicas, bem como em seu acesso a equipamentos e serviços públicos.

Além dos dez capítulos, há também a preocupação com gestão e monitoramento, para bem implementar, acompanhar e monitorar o PNPM 2013-2015, com integração das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, distrital, estaduais e municipais. (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, pág. 12).

3.2. PLANO DE POLÍTICAS PARA MULHERES DO ESTADO DA PARAÍBA

De acordo com dados obtidos pelo site da SEMDH, esse é um fato histórico que considera a luta dos movimentos de mulheres e feministas na Paraíba e a sua trajetória de reivindicações e conquistas. São pelo menos três gerações de mulheres que atuaram e atuam de forma organizada para o enfrentamento ao machismo e para ampliar os direitos das mulheres. Nesta dinâmica, destacam-se as reivindicações para que o poder público assumisse o compromisso com as políticas públicas para as mulheres.

Para elaborar o I Plano Estadual de Políticas para Mulheres da Paraíba foi criado um grupo de trabalho com técnicas da SEMDH, representantes de movimentos de mulheres e feministas, universidade e conselheiras do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres. O grupo trabalhou com as recomendações da III Conferência Estadual de Políticas para Mulheres realizada em outubro de 2011, resultante de 91 conferências municipais e regionais que aconteceram no Estado e mobilizaram mulheres de diferentes regiões da Paraíba, sob as diretrizes da III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. As propostas dialogadas com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e com as reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas.

O Plano é um instrumento para a interlocução entre o Governo do Estado, os governos municipais, o legislativo, o judiciário e os movimentos de mulheres na perspectiva de consolidar a política pública na Paraíba e fortalecer a cidadania das mulheres em sua diversidade, mulheres negras, brancas, indígenas, ciganas, comunidades tradicionais, com deficiência, com diferentes idades, lésbicas, bissexuais, heterossexuais e transexuais.

O Plano está estruturado em 10 Eixos, organizado da seguinte forma:

- Eixo I - Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, que tem como objetivo promover a participação das mulheres no mundo do trabalho, estimulando sua autonomia financeira e econômica;

- Eixo II – Educação para a Igualdade e Cidadania, que tem como objetivo contribuir no enfrentamento das desigualdades de gêneros, favorecendo a inclusão da diversidade social e cultural na construção de políticas educacionais igualitárias;
- Eixo III – Saúde integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, tem como objetivo garantir atendimento à saúde a qualidade de vida e prevenção às doenças para as mulheres paraibanas em todas suas esfericidades;
- Eixo IV - Enfrentamento de todas as formas de violência contra as Mulheres, que tem como objetivo enfrentar de forma direta e indireta as violências contra as mulheres, proporcionando uma cultura de paz;
- Eixo V – Fortalecimento e Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável com a inclusão das mulheres do campo e da cidade, garantindo sua plena participação em todos os espaços, empoderando-as de ações que garantam condições de qualidade de vida para as presentes e futuras gerações;
- Eixo VI - Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social, que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável com a inclusão das mulheres do campo e da cidade, garantindo sua plena participação em todos os espaços, empoderando-as de ações que garantam condições de qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.
- Eixo VII - Direito a terra com igualdade para as mulheres do Campo e Trabalhadoras Rurais, tem como objetivo promover e incentivar a vivencia da cidadania plena de mulheres do campo e trabalhadoras rurais;
- Eixo VIII – Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia, tem como objetivo impulsionar a produção cultural do Estado com vistas ao enfrentamento das desigualdades de gênero;
- Eixo IX – Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia, tem como objetivo contribuir para a superação de todas as formas discriminação e de violência institucional, cultural, social e política, que atinge as mulheres em razão do racismo, sexismo, lesbofobia e de todas as formas de preconceito baseadas em gênero, raça, orientação sexual e identidade de gênero;
- Eixo X – Igualdade para as Mulheres Jovens, Idosas e Mulheres com Deficiência, que tem como objetivo garantir o acesso, atenção e permanência das mulheres jovens, idosas mulheres com deficiência as políticas, equipamentos e serviços públicos do Estado e dos Municípios.

3.3. PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - PMPM (2013-2016)

Partindo do nível nacional, finalmente chegamos ao nível municipal, onde neste trabalho realizamos um levantamento junto à Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres, sobre as ações, projetos e programas implementados no âmbito do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres pelo poder público municipal, ou em parceria com as organizações da sociedade civil. A elaboração do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres contou com a participação de um grupo de trabalho que realizou cuidadosamente uma leitura dos relatórios da III Conferência Regional de Políticas Públicas para as Mulheres (João Pessoa, Conde, Cabedelo e Santa Rita), organizados por eixos temáticos.

Este trabalho que ocorreu durante o segundo semestre de 2012 e o primeiro semestre de 2013 envolveu as quatro Secretarias participantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. São elas: SEDEC, Secitec, SMS e a SEPPM. Sendo as mulheres envolvidas no processo de elaboração: Fernanda Tavares de Souza, Marinésia Gomes Tomé, Vanuza Cavalcante Fernandes, Patrícia Daliark S. Souza, Maria José Torres Holmes, Geysiane Felipe do Nascimento, Maria de Lurdes Meira Cabral e Maria Lúcia da Silva – um grupo de mulheres das organizações feministas que tem participação no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. (Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, pág. 9).

O PMPM 2013-2016 reafirma os princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres: a) Autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; b) Busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; c) Respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; d) Carácter laico do Estado; e) Universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; f) Participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; g) Transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

O Plano Municipal de Políticas para as Mulheres está organizado em oito capítulos, e nestes capítulos existem eixos de ação, com objetivos específicos para cada área, com metas, linhas de ação, prazos para execução e organismos responsáveis pela execução de cada ação:

- O 1º capítulo trata da Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho com Inclusão Social;
- O 2º capítulo aborda as ações para a construção da Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos;

- O 3º capítulo trata da Educação Inclusiva: não sexista, não lesbofóbica, não racista e não homofóbica;
- O 4º capítulo é dedicado ao Enfrentamento a Todas as Formas Contra a Mulher;
- O 5º capítulo tem por objetivo discutir o Desenvolvimento Sustentável no Meio Rural, na Cidade e na Floresta, com Garantia de Justiça Ambiental, Soberania e Segurança Alimentar;
- O 6º capítulo trata da Participação das Mulheres nos Espaços de Poder;
- O 7º capítulo traz uma reflexão sobre a Comunicação e Cultura Democráticas;
- E o 8º capítulo define a metodologia de Monitoramento e acompanhamento do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

Partindo da descrição destes dez capítulos, verificamos a implementação e o acompanhamento das ações realizadas no âmbito do PMPM de João Pessoa de acordo com a estrutura organizacional da SEPPM, e com os dados obtidos nas entrevistas realizadas com as Coordenadoras dos quatros eixos da SEPPM. Descrevemos a seguir, as ações que foram concretizadas pela Secretaria, de acordo com os capítulos e os eixos do PMPM.

Os eixos que a SEPPM conseguiu avançar de acordo com suas ações foram: I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVII, XVIII, XXII.

As ações que foram concretizadas pela Secretaria, e suas Coordenações, executou durante o período de vigência do PMPM (2013 – 2016), destacamos os seguintes programas:

COORDENAÇÃO DO TRABALHO E ENFRENTAMENTO À POBREZA
Programas/ Ações concretas:
Workshops de Contabilidade
Cursos/Oficinas de Crochê
Exposições/Mostras/Feiras com o objetivo de gerar trabalho e renda
Linha de Crédito
Habitação

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO
Programas/ Ações concretas:
Formação Igualdade de Gênero. Raça e Diversidade Sexual com coordenadores/as dos Centros de Referências da Cidadania
Formação com os/as educadores/as da Secretaria de Ciência e Tecnologia – Secitec
Evento de formação do II Torneio Goleando o Preconceito
Acompanhamento a turma de alfabetização de Associação das Prostitutas da Paraíba - APROS
Reunião com a coordenação do Programa Brasil Alfabetizado
Apresentação de experiência da sala de aula da APROS UFPB
Formação sobre Sexualidade
Aplicação de questionário com professores/as dos Creis
Audiência Pública sobre a apresentação e aprovação do Plano Municipal de Educação
Atividade Cultural de Trabalho a Homofobia
Prêmio Eleonora Menicucci
Seminário sobre LGBTFOBIA no Ambiente Escolar
Visita a comunidade do Aratu – Mangabeira VII
Reunião com a Direção de Gestão Curricular - DGC
Aprovação do Plano Municipal de Educação
Palestra sobre o 08 de Março e a Violência contra a Mulher
Evento de formação do II Torneio Goleando o Preconceito
Oficina sobre a Mulher na Sociedade Moderna
Oficina sobre Identidade Mulher na Comunidade Patrícia Tomás
Pesquisa Gênero, Diversidade Sexual e Direitos Humanos
I; II e III Semana de Afirmação da Identidade das Mulheres Negras
Roda de Diálogo “Mulheres Negras e Religião de Matriz Africana: Desafios Cootidianos

SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS
Programas/ Ações concretas:
Qualificação com profissionais iniciada com a Coordenação LGBT
Oficinas Terapêuticas de fotografias (autoestima) com as mulheres usuárias do CAPS
Qualificação sobre violência contra a mulher com os profissionais da rede de atendimento
Oficinas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres com profissionais da saúde
Oficinas com profissionais de saúde do Programa Saúde na Escola
Oficinas com apoiadores do Núcleo de Apoio à Saúde da Família
Qualificações para as Unidades de Saúde da Família sobre identificação, acolhimento, notificação e encaminhamento dos casos de violência sexual e doméstica
Elaboração do Guia de referência para os profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência
Comitê Mortalidade Materna e Grupo Condutor da Rede Cegonha
Monitoramento interno no Conselho Municipal de Direitos das Mulheres
Implantação no CAIS de Jaguaribe do serviço especializado em ginecologia voltado para mulheres com deficiência física
Qualificação de mais de 110 profissionais em linguagem de sinais através do projeto “Mãos que Multiplicam”
Curso de Atualização para Doulas Voluntárias
Oficina sobre o atendimento à mulher lésbica e bissexual na saúde com os ouvidores da Ouvidoria Municipal de Saúde
Oficina sobre DSTS, gênero e diversidade com professores de Artes
Curso de Doulas
Curso de Multiplicadores em Gênero, Sexualidade e Saúde para os profissionais de saúde
Qualificações para os agentes comunitários de saúde sobre o fluxo de serviços na rede de atenção à prevenção e tratamento do câncer de mama e colo do útero
Oferta de exames em 100% das maternidades e nas Unidades de Saúde da Família
Implantado e implementado o exame de eletroforose de hemoglobina como exame laboratorial de rotina na assistência ao pré-natal

COORDENAÇÃO DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
Programas/ Ações concretas:
Atuação direta com o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra
Palestra sobre o Machismo na Sociedade Atual
Qualificação dos Funcionários da saúde e segurança da Gestão Municipal sobre o Enfrentamento a Violência contra a Mulher
Campanha JP Sem Machismo - #JPSEMMACHISMO
Palestras e Divulgação sobre a Lei Maria da Penha
Ronda Maria da Penha
Processo de formação para o atendimento as mulheres em risco de violência
Oficinas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres com profissionais da Assistência Social
Capacitação sobre notificação dos casos de violência sexual e doméstica

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação pelo Estado brasileiro de Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais, Conferências Públicas e legislações específicas que tratam das questões de gênero e promovem as mulheres como sujeitos de direito são conquistas importantes desse início de século XX. Mais do que conquistas apenas das mulheres, são vitórias de um ideal de sociedade mais justa e democrática, que entende a necessidade de promover direitos iguais para homens e mulheres e combater a cultura machista que ainda vigora.

Ao longo do tempo, a luta das mulheres por reconhecimento e direitos fez avançar seu papel na sociedade, passando a atuar em áreas que antes eram exclusivamente masculinas. Seja no mundo do trabalho, na esfera política e nos movimentos sociais, as mulheres passaram a ocupar espaços cada vez mais alargados nas instituições, despertando inclusive movimentos retrógrados que querem manter a subordinação e inferiorização das mulheres na sociedade.

Como resultado das lutas de muitas mulheres, o Estado Brasileiro passou a reconhecer a pauta feminista e a necessidade de construção de um espaço institucional específico capaz de inserir na agenda pública questões que ampliassem o espaço social ocupado pela mulher na sociedade e promovessem a equidade nas relações de gênero.

Pudemos ver que esse movimento resultou, além dos espaços sociais, também na construção de diretrizes e políticas específicas para a promoção do papel da mulher na sociedade.

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que este trabalho realizou um breve estudo sobre Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, levando em conta as ações, projetos e programas que foram implementados pela Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres, analisando de forma satisfatória a atuação da mesma, diante das limitações, principalmente de recursos financeiros que impossibilita maiores avanços. No entanto, as conquistas quanto aos espaços sociais para debate, construção de saberes, diretrizes e políticas específicas para a promoção do papel da mulher na sociedade, é uma realidade que incide sob as perspectivas do próprio Plano Municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

FRASER, Nancy. 1997. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilema da justiça na era pós-socialista.** Texto publicado originalmente em *Justice Interruptus: Critical reflections on the post-socialist condition*, Routledge, Nova York, 1997. Traduzido por Márcia Prates.

FRASER, Nancy. 2001. **“From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a ‘postsocialist’ age”.** In: S. Seidman; J. Alexander. (orgs.). 2001. *e new social theory reader*. Londres: Routledge, pp. 285-293. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

Gênero e diversidade sexual: um glossário/ Maria Eulina Pessoa de Carvalho, Fernando César Bezerra de Andrade, Rogério Diniz Junqueira- João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2009. 56p.

MARIANO, Silvana Aparecida. 2008. **Política feminista e mudanças institucionais no Estado brasileiro: canais participativos para implantação de políticas públicas na década de 1990.** *Caderno Espaço Feminino*. V.20, n.02, Ago./Dez, p. 339-372, 2008

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução.** 1ºed. São Paulo: Boitempo, 2014.

Paraíba. Prefeitura Municipal de João Pessoa. Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres. Plano Municipal de Políticas para as Mulheres. João Pessoa: Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres, 2013. 78 p.: il.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político.** In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 127-150.

Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado da Paraíba. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/02/I-PLANO-ESTADUAL-DE-POL%C3%8DTICAS-P%C3%9ABLICAS-PARA-AS-MULHERES-DA-PARA%C3%8DBA.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010 / Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. 436p.

SARTI, Cynthia A. 2001. **Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro.** *Cadernos Pagu* (16) 2001: pp.31-48.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2ºed. São Paulo: editora Cengage Learning, 2013.

SCHUMAHER e VARGAS. **Lugar no governo: álbi ou conquista?** Revista Estudos Feministas, v. 2, n.3, p. 117- 49, Rio de Janeiro: CIE/ ECO/UFRJ, 1994; BLAY. Op. cit., p. 133-146.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/mulher-e-da-diversidade-humana/>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/seppm/>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado da Paraíba. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/02/I-PLANO-ESTADUAL-DE-POL%C3%8DTICAS-P%C3%9ABLICAS-PARA-AS-MULHERES-DA-PARA%C3%8DBA.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

APÊNDICE:**Roteiro Utilizado nas Entrevistas**

1. História da Gestora com o Movimento Feminista.
2. Há quanto tempo atua na Secretaria?
3. Na sua Gestão, quais foram os maiores avanços da Secretaria?
4. Na sua Gestão, quais foram as maiores dificuldades da/na Secretaria?
5. Qual a participação da sociedade civil juntamente com a Secretaria?
6. Quais são os maiores parceiros, dentro do Governo, da Secretaria?
7. Quais foram as ações concretizadas, de acordo com o PNPM, que a Secretaria executou no período entre 2013 a 2016?
8. De acordo com as ações do PMPM, quais os Eixos que a Secretaria conseguiu avançar no período entre 2013 a 2016?